

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A TEORIA A PARTIR DE TEUN A. VAN DIJK

FELIPE FRÓES COUTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

ALEXANDRE DE PÁDUA CARRIERI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A TEORIA A PARTIR DE TEUN A. VAN DIJK

INTRODUÇÃO

Ao se iniciar a empreitada de se aventurar pela Análise Crítica do Discurso nos estudos organizacionais, é importante ter consciência da controvérsia que se enfrentará ante aos demais campos da ciência da administração. Isso porque, na experiência destes pesquisadores, muitos verão esse tipo de análise como um mecanismo ideológico de (re)produção de ideologias que, de certa forma, favorecem um ou outro posicionamento político em detrimento do que é objetivamente afirmado no campo.

Contudo, defendemos que não se pode dissociar o discurso da sociedade, visto que estes interagem em uma relação ativa, e que todo discurso produzido é historicamente situado e espacialmente contextualizado (CABRAL, 2005). O discurso significa a realidade na medida em que constrói sentidos para ela – e seus objetos nunca são simplesmente dados, mas são interpretados (CARRIERI *et al.*, 2006). Todo discurso possui a intenção de imprimir um sentido nos seus interlocutores, e essa interpretação deriva das práticas e estruturas sociais que envolvem os agentes no contexto comunicativo (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; SOUZA; CARRIERI, 2014).

Nesse sentido, é importante afirmar que não podemos negligenciar o fato de que o discurso participa da construção da realidade como a conhecemos. As estruturas sociais são constituídas e constituem novos discursos, e são dessas dinâmicas que surgem normas, convenções ou representações sociais (FAIRCLOUGH, 2005). A análise crítica do discurso visa remover as opacidades dos discursos para demonstrar as estratégias de dominação efetivadas por uma classe dominante que, necessariamente, oprime cognitivamente um grupo que é oprimido pela reprodução das desigualdades sociais e das práticas de dominação que constituem um poder hegemônico na sociedade (FAIRCLOUGH, 2003; MELO, 2011).

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é, portanto, uma prática de resistência. O propósito deste ensaio teórico é explorar as construções teóricas de Teun A. Van Dijk (anos) e propor um roteiro de análise a partir de suas ideias. A pergunta que fundamenta este ensaio teórico é, portanto: *de que forma poderíamos estruturar a análise crítica do discurso fazendo uso das construções teóricas de Teun A. Van Dijk?* A proposta deste ensaio não é explorar exhaustivamente as ideias do autor, mas de atribuir a elas um sentido instrumental que facilite a estruturação de um protocolo de análise ou um instrumento didático de análise. Nosso objetivo indireto (ou oculto), ao longo deste artigo, é fomentar o uso da Análise Crítica do Discurso como referencial metodológico nos Estudos Organizacionais brasileiros, dadas as inúmeras possibilidades existentes em um campo em que as práticas de perpetuação da pobreza e desigualdade são tão evidentes.

DA ANÁLISE LINGUÍSTICA (E POSSIVELMENTE CRÍTICA) DO DISCURSO.

De acordo com Van Dijk (2000), seria ideal se houvesse uma única e prática definição que condensasse tudo sobre o que sabemos acerca do termo “discurso”. Contudo, este conceito sofre da mesma ambiguidade e amplitude de outros conceitos como “linguagem”, “comunicação”, “interação”, “sociedade” e “cultura”. A noção de discurso é polissêmica e difusa, por se tratar de um fenômeno complexo; nesse sentido, constitui um campo de conhecimentos transdisciplinares que compõem os “estudos do discurso” (também denominado análise do discurso) que bebe de várias fontes e teorias para compor seu corpus (VAN DIJK, 2000, 2001).

Lato sensu, o termo “discurso” se aplica a forma estratégica de utilização da linguagem; entretanto, os analistas têm admitido cada vez mais que esta definição é imprecisa e nem sempre

conveniente, e tentam introduzir um conceito mais teórico que traga consigo mais categorias que compõem uma dinâmica complexa de interação (VAN DIJK, 2000). Isso porque as pessoas utilizam a linguagem para comunicar ideias, crenças ou expressar emoções, e o fazem como parte de acontecimentos sociais mais complexos, em situações específicas. Nesse sentido, é importante demonstrar que o discurso não se reduz a estratégias de utilização da linguagem, mas também aos elementos que compõem a interação verbal entre os indivíduos, como contexto, estruturas anteriores, significados compartilhados, etc. (VAN DIJK, 2000, 2001).

Van Dijk (2000) estabelece três dimensões que vão compor o sentido do termo “discurso”: a) o uso da linguagem; b) a comunicação de crenças (cognição) e, por fim, c) a interação em situações de índole social. Para dar conta de analisar tais dimensões, um chamado a vários campos de conhecimento é feito. A linguística vai trazer contribuições pelos estudos específicos da linguagem e sua utilização; a psicologia contribui com o estudo de crenças e de como estas se comunicam e, por fim as ciências sociais trazem importantes aportes no que tange as interações em situações sociais e os precedentes históricos da interação (VAN DIJK, 2000).

Uma tarefa característica do estudo do discurso é fornecer descrições integradas em suas três dimensões: como o uso da linguagem influencia as crenças e a interação, ou vice-versa? Como alguns aspectos da interação influenciam o modo de falar? Ou como as crenças controlam o uso da linguagem e interação? Além disso, além de fornecer descrições sistemáticas, pode-se esperar que o estudo do discurso formule teorias que expliquem essas relações entre o uso da linguagem, as crenças e a interação social¹. (VAN DIJK, 2000, p. 23)

A complexidade da tarefa torna-o um grande desafio para os teóricos que se aventuram neste campo, visto que o uso da linguagem não se limita à linguagem falada, mas também diz respeito à linguagem escrita, a comunicação, às diferentes formas de interação ou contextos em que há troca de sentidos entre os agentes (como cartas, livros, anúncios, discursos políticos, depoimentos, entrevistas, conversas informais, etc.) (VAN DIJK, 2000). Da mesma forma, conversações e textos também possuem usuários (os autores e os leitores, por exemplo); por isso, é importante compreender que também se trata de uma ação (consciente ou não) entre agentes que visam constituir estrategicamente uma relação. Por isso, Van Dijk (2000) entende serem fundamentais para a análise do discurso tratar não apenas das propriedades do texto ou da conversação, mas também analisar o que determina o contexto, bem como as características da situação social ou dos acontecimentos de comunicação que podem influir sobre a interação. Portanto, o estudo do discurso visa integrar o texto e o contexto (VAN DIJK, 2000; 2001).

E, segundo Van Dijk (1999; 2000; 2001), devemos ir além. Para o autor, a análise do discurso também deve se preocupar com elementos teóricos que definam o começo e o término de um texto ou de uma conversação, sua unidade e sua coerência, noções que definam as relações intertextuais entre discursos diferentes, as intenções dos que falam e escrevem, as situações, o tempo, o lugar e outros aspectos do contexto de comunicação. O discurso, nessa acepção, não diz respeito apenas à utilização da linguagem, mas é um elemento que compõe estruturas sociais maiores (VAN DIJK, 1999; 2000; 2001; 2015).

Entre os estudos do discurso, situa-se o que alguns autores chamam de Análise Crítica do Discurso (ACD). Para Van Dijk (2015), o termo ACD deve ser evitado por que sugere que este é um método de análise do discurso, e não uma perspectiva crítica ou uma atitude no campo de estudos do discurso. Segundo o autor, a abordagem crítica dos estudos do discurso caracteriza mais os pesquisadores do que os seus métodos. Este é um importante ponto no pensamento do autor. Para Van Dijk, *não há diferentes tipos de análise do discurso, mas uma única análise linguística do discurso cuja abordagem varia conforme a intenção do pesquisador*. Portanto, acadêmicos que utilizam a abordagem crítica da análise do discurso

estão especificamente interessados em (re)produções discursivas de abuso de poder e de resistência contra essa dominação. Por isso, seus objetivos, teorias, métodos, dados e práticas são escolhidas como contribuições acadêmicas para a resistência. Por isso, os estudos críticos do discurso são mais orientados ao problema e menos voltados à disciplina – e requerem multidisciplinaridade (VAN DIJK, 1999; 2001; 2015).

Crucial para os analistas críticos do discurso é a consciência explícita de seu papel na sociedade. Continuando uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência “livre de valores”, eles argumentam que a ciência, e especialmente o discurso acadêmico, são inerentemente parte e influenciados pela estrutura social e produzidos na interação social. Em vez de negar ou ignorar tal relação entre vida acadêmica e sociedade, eles alegam que tais relações devem ser estudadas e explicadas por si mesmas, e que as práticas acadêmicas se baseiam em tais *insights*. A formação, descrição e explicação da teoria, também na análise do discurso, são sociopoliticamente “situadas”, gostemos ou não. A reflexão sobre o papel dos estudiosos na sociedade e na política torna-se assim uma parte inerente do empreendimento analítico-discursivo. Isso pode significar, entre outras coisas, que os analistas do discurso conduzem pesquisas em solidariedade e cooperação com grupos dominadosⁱⁱ. (VAN DIJK, 2001, p. 352-353)

Assim, a análise linguística do discurso é um tipo de pesquisa analítica que estuda, primariamente, as formas pelas quais o abuso de poder social, a dominância e as desigualdades são estabelecidas, reproduzidas e resistidas pelo texto e conversam em um contexto político e social. As origens desses estudos nos remetem à Escola de Frankfurt antes da Segunda Guerra Mundial e seu foco atual na linguagem advém da “linguística crítica” que emergiram, hegemonicamente, do Reino Unido da Austrália no final dos anos 1970. Trata-se de uma perspectiva crítica útil à pragmática, à análise conversacional, à narrativa, retórica, estilística, sociolinguística, etnográfica ou análise da mídia, entre outros (VAN DIJK, 2001).

Entretanto, por ser uma forma marginal de pesquisa (que rejeita a neutralidade e visões positivistas da ciência), o estudo crítico do discurso deve satisfazer determinados requisitos para efetivamente realizar seus objetivos: **a)** a pesquisa deve ser mais bem estruturada e construída logicamente para ser aceita no meio acadêmico; **b)** deve focar primariamente em problemas sociais e assuntos políticos, mais do que em paradigmas atuais e modismos; **c)** a análise empírica de problemas deve ser multidisciplinar para ser considerada adequada; **d)** mais do que meramente descrever estruturas discursivas, a pesquisa deve tentar explica-las em termos de propriedades da interação e estrutura social e, por fim, **e)** a análise linguística do discurso foca nas formas como estruturas discursivas estabelecem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade (VAN DIJK, 1993; 1999; 2001).

A análise linguística do discurso implica uma crítica política àqueles responsáveis pela perversão e pela reprodução da dominação e desigualdade; essa crítica não deve ser *ad hoc*, individual ou incidental, mas geral, estrutural, focada em grupos na medida em que estes estabelecem relações de poder com outros grupos – por essa razão, a análise linguística do discurso produz o seu próprio discurso – que necessariamente se posiciona ao lado dos grupos mais oprimidos pelas estruturas de poder (VAN DIJK, 1993; 1999; 2000; 2001; 2015).

A abordagem de Van Dijk (2015) é também denominada abordagem sociocognitiva e é caracterizada pelo triângulo discurso-cognição-sociedade (FIG.01). A abordagem sociocognitiva afirma que as relações entre esses vértices são mediadas; assim, estruturas discursivas e estruturas sociais são de natureza distintas e só podem ser relacionadas por meio de representações mentais de usuários da linguagem como indivíduos e membros da sociedade

(VAN DIJK, 2015). Dessa forma, a interação, as situações e as estruturas sociais só podem influenciar o texto e a fala através das interpretações dadas por agentes de tais ambientes. Por outro lado, o discurso só pode influenciar a interação social e as estruturas sociais por meio da mesma interface cognitiva de modelos mentais, conhecimentos, atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2000; 2015).

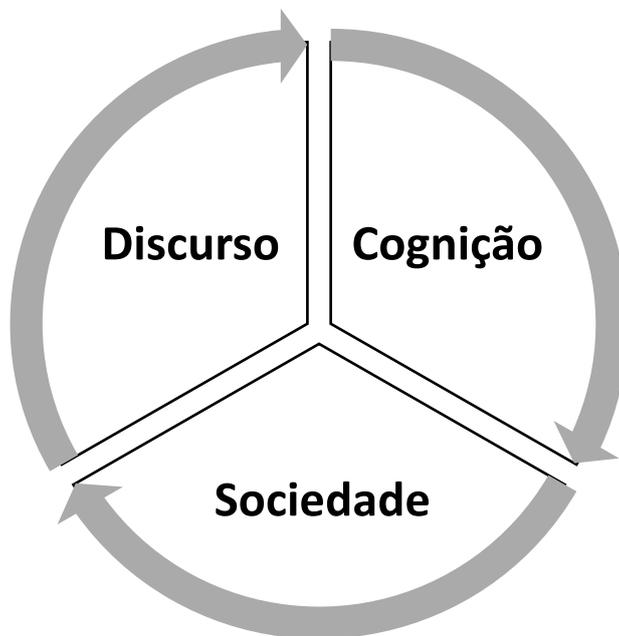


FIGURA 01: O Círculo Discurso-Cognição-Sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Van Dijk (2015).

Para compreender a dinâmica do triângulo, daremos um exemplo relacionado ao problema do racismo nas organizações: Primeiramente, o *componente discursivo* da teoria lida com as muitas estruturas de textos e falas relacionados ao racismo nas empresas, como tópicos específicos, descrições do empresariado como vítimas de sistemas opressores, o uso lexical de expressões e estruturas gramaticais, etc. Em segundo, o *componente cognitivo* pode ser analisado a partir da interpretação e explicação hegemônicas referentes aos discursos anteriores, mormente ao discurso contemporâneo que visa estrategicamente negar as diferenças e invisibilizar a negritude em prol de um falso discurso de miscigenação (mito da democracia racial). Por fim, o *componente social* pode ser visto a partir da forma como esse discurso é utilizado com propósitos políticos na (re)produção da dominação de determinados grupos e manutenção das condições de desigualdade na sociedade. A análise, nessa perspectiva, só se torna completa a partir da interligação dos três componentes.

[...] cada vértice desse triângulo está ligado aos outros dois. É impossível para nós explicar a estrutura do texto e a interação na ausência de uma abordagem cognitiva. Da mesma forma, não é possível explicar a cognição sem entender que o conhecimento e outras crenças são adquiridas e usadas nos contextos discursivo e social. Da mesma forma, cognição, sociedade e cultura, assim como sua reprodução, precisam de linguagem, discurso e comunicação. Então, em qualquer lugar do triângulo de onde começarmos a análise, logo descobrimos que a descrição sistemática, a análise e explicação devem resgatar esses segmentos interdisciplinares que constituem os lados da figura e que se conectam com os outros vértices do triângulo. [...] qualquer análise do discurso apropriada, ainda que estude temporariamente um aspecto parcial

do triângulo discursivo, não demora em perceber a necessidade de se converter em uma ferramenta multidisciplinar e integradaⁱⁱⁱ. (VAN DIJK, 2000, p. 52)

Por óbvio, toda a análise do discurso traz consigo a análise de um importante componente social – o abuso de poder de grupos dominantes ou a resistência de grupos dominados (VAN DIJK, 2015). Nos estudos críticos do discurso, estamos interessados nos grupos e organizações que direta ou indiretamente controlam o discurso público, bem como seus líderes e elites simbólicas na política, na mídia de massa, na educação, na cultura e empresas (VAN DIJK, 2000; 2015). Uma abordagem mais sociológica dá enfoque no nível micro da interação cotidiana de um lado, e no nível macro a partir das estruturas gerais e relações de grupos e organizações do outro. Em outras palavras, o entendimento sobre um determinado tópico deriva das estruturas e formas de produção de discursos a partir de estruturas de falas e textos (na mídia, por exemplo); e essa produção de textos e falas deriva das relações entre os agentes envolvidos/interessados no conteúdo do tema em que se deseja produzir um discurso (VAN DIJK, 2015).

Nesse sentido, relações de poder, segundo Van Dijk (2015), são relações específicas de controle entre grupos sociais ou organizações. Esse controle, segundo o autor, tem uma dimensão social e cognitiva: por um lado, o controle das ações (e, por conseguinte, de discursos) de grupos dominados e seus membros; por outro, o controle de suas cognições pessoais e socialmente compartilhadas, como modelos mentais, conhecimento, atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2015). O discurso exerce um papel de pivô no exercício de poder – equipara-se a quaisquer outras ações que possam controlar membros de grupos dominados, como leis, ordens e proibições; contudo, o discurso expressa cognição social e pode, assim, “gerenciar mentes” de outros grupos e seus respectivos membros (VAN DIJK, 2000; 2015).

Dentro dessa noção de poder trazida pelo autor, emergem três categorias (ou componentes) teóricas: **a)** a sociedade definida em termos de grupos controladores e organizações no nível macro, e membros e interações controladoras no nível micro; **b)** cognição em termos de modelos mentais pessoais dos agentes, ou o conhecimento e ideologias de grupos e organizações e, por fim, **c)** o discurso dos membros de grupos ou organizações como formas de interações controladoras e como expressão conducente da cognição pessoal e social (VAN DIJK, 2015). Tal poder, segundo Van Dijk (2015), pode assumir feições legítimas, como no caso de sociedades democráticas ou no exercício do poder parental; contudo, os estudos críticos do discurso estão mais interessados no abuso de poder ou dominação – essa relação negativa se estabelece em termos de violação da legitimidade, das normas sociais e direitos humanos.

Para Van Dijk (1999), a relação entre discurso e poder começa no acesso a formas específicas de discurso, como nos casos da política, da mídia e mesmo da ciência. Para o autor, nossas mentes controlam a nossa ação – assim, se somos capazes de influenciar a mentalidade das pessoas, por exemplo, em seus conhecimentos, suas opções e opiniões, podemos controlar indiretamente algumas de suas ações. Portanto, uma vez que as mentes são influenciadas sobretudo pelos textos e pela fala, descobrimos que o discurso pode controlar, indiretamente, as ações das pessoas, tal e como sabemos na persuasão e manipulação (VAN DIJK, 1993;1999). O ato de se contrapor e expor esses discursos constitui o ato crítico de resistência na pesquisa.

Fechar o círculo do poder do discurso significa, finalmente, que os grupos que controlam os discursos mais influentes também têm maior probabilidade de controlar as mentes e ações dos outros. A ACD foca na exploração de tal poder e, em particular, no domínio, isto é, nas formas pelas quais o controle do discurso é abusado para controlar as crenças e ações das pessoas no interesse dos grupos dominantes. Nesse caso, o "abuso" pode ser considerado, de maneira muito simples, como uma violação de normas que prejudicam os outros, dados certos padrões éticos, como regras (justas), acordos, leis ou

direitos humanos. Em outras palavras, o domínio pode ser definido como o exercício ilegítimo do poder^{iv}. (VAN DIJK, 1999, p. 26)

Podemos, a partir de tais premissas, estabelecer uma descrição genérica da maneira em que o discurso funciona na reprodução do poder e do domínio na sociedade. Van Dijk (1999) estabelece duas perguntas básicas que devem ser respondidas ao longo da análise: **a)** como os grupos (mais poderosos) controlam o discurso? **b)** Como tal discurso controla a mente e a ação dos grupos (menos poderosos), e quais são as consequências sociais desse controle? Isso porque, segundo o autor, a ampla maioria das pessoas controlam apenas sobre a fala cotidiana frente a membros de suas famílias, amigos ou colegas, dispendo de um controle meramente passivo sobre o uso das mídias, por exemplo^v. Em muitas situações, as pessoas comuns são vazias mais ou menos passivos para textos ou para falas de seus chefes, de seus professores, tais como professores, juízes e burocratas estatais, por exemplo (VAN DIJK, 1993; 1999).

O *controle do contexto*, por exemplo, é uma das formas mais expressivas de controle da mente. Para Van Dijk (1999), o contexto é a estrutura (mentalmente representada) daquelas propriedades da situação social que são relevantes para a produção e a compreensão do discurso. O contexto é formado por categorias como a definição global da situação, seu espaço e tempo, as ações em curso, os participantes em papéis variados, comunicativos, sociais ou institucionais, bem como suas representações mentais: seus objetivos, conhecimentos, opiniões, atitudes e ideologias. Assim, controlar o contexto implica controlar uma ou mais dessas categorias, por exemplo, decidindo sobre o tempo e o lugar do acontecimento comunicativo, ou sobre o quê os participantes devem opinar ou participar, em quais papéis, ou sobre quais conhecimentos ou opiniões devem ter ou não e sobre quais ações sociais podem ou não cumprir-se através do discurso (como em uma sala de aula ou audiência judicial) (VAN DIJK, 1999).

Já no caso do *controle do texto e da fala*, estamos tratando do acesso às estruturas das formas e estruturas de transmissão da linguagem. Para Van Dijk (1999), se relacionarmos o texto e o contexto, vemos que os membros de grupos poderosos podem decidir sobre os possíveis gêneros do discurso ou atos de fala de uma ocasião concreta. Assim, um juiz ou um professor têm o poder de inquirir e demandar respostas imediatas de alunos ou acusados, por exemplo. O que cabe examinar, criticamente, é como os enunciadores poderosos podem abusar de seu poder em tais situações (VAN DIJK, 1999). Os gêneros podem, do mesmo modo, ter esquemas convencionais que consistem em várias categorias. O acesso a alguns desses gêneros pode estar proibido ou ser obrigatório, como acontece em casos de *gatekeepers* científicos, como periódicos, ou lugares em que apenas autoridades podem ou devem falar (parlamentos). Da mesma forma, quem controla o texto também possui controle sobre os temas e mudanças de tema, como editores de revistas e noticiários (VAN DIJK, 1993; 1999; 2006).

Para Van Dijk (1999), o controle discursivo da mente pode se dar de múltiplas formas. O autor enumera quatro possibilidades não-exaustivas que elucidam claramente pressupostos da influência de discursos sobre as estruturas mentais do sujeito: **a)** há menos que sejam inconsistentes com as suas crenças e experiências pessoais, os receptores do discurso tendem a aceitar as crenças transmitidas pelo discurso das fontes que consideram legítimas, como acadêmicos, professores ou mídia de confiança; **b)** em algumas ocasiões, os participantes estão obrigados a serem receptores do discurso, como na educação e no trabalho; **c)** em muitos casos, não existem outros discursos ou mídia que provejam informações das quais se queira derivar crenças alternativas e, por fim, **d)** os receptores podem não possuir o conhecimento e as crenças necessárias para desafiar os discursos ou informações a que foram expostos (VAN DIJK, 1999).

Muitos pesquisadores resistem à noção de controle da mente porque a construção do construto teórico “mente” é vaga e abstrata; por essa razão, o foco da ação na análise do discurso deve ser, portanto, voltada para análise das formas pelas quais essas formas de controle da mente se tornam manifestas na conduta – tornando explícitas as muitas propriedades do texto e

da fala que são tidas como naturais (VAN DIJK, 1993; 1999; 2006). Van Dijk (1999) propõe que essa análise seja feita a partir de algumas categorias explícitas, presentes na fala e nos textos, quais sejam: **a)** a *memória pessoal* dos agentes discursivos, que diz respeito aos conhecimentos e às opiniões acumulados ao longo da vida; **b)** o *contexto*, que diz respeito à situação comunicativa em que se encontram os agentes, e **c)** a *memória social*, que consistem nos conhecimentos, crenças e valores compartilhados com outros membros do mesmo grupo e cultura, o que alguns denominam como representações sociais (dizem respeito às manifestações culturais, hegemônicas ou de resistência, existentes ao tempo da fala ou texto). Afirmar uma análise linguística do discurso significa situar nesses três níveis as ações estratégicas de poder e resistência, denunciando os abusos de poder para a reprodução de desigualdades (VAN DIJK, 1999; 2006).

Aqui tocamos no núcleo da análise crítica do discurso: isto é, uma descrição detalhada, explicação e crítica das formas como os discursos dominantes (indiretamente) influenciam tais conhecimentos, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas, nomeadamente através do seu papel na fabricação de modelos concretos. Mais especificamente, precisamos saber como estruturas discursivas específicas determinam processos mentais específicos ou facilitam a formação de representações sociais específicas. Assim, pode ser o caso de figuras retóricas específicas, como hipérbolos ou metáforas, afetar preferencialmente a organização de modelos ou a formação de opiniões incorporadas em tais modelos. Da mesma forma, movimentos semânticos podem facilitar diretamente a formação ou mudança de atitudes sociais, ou podem fazê-lo indiretamente, isto é, através da generalização ou descontextualização de modelos pessoais (incluindo opiniões) de eventos específicos. [...] precisamos nos concentrar nessas relações entre as estruturas discursivas e as estruturas da cognição social. Ao mesmo tempo, essa análise das estruturas discursivas e cognitivas deve, por sua vez, ser incorporada a uma teoria social, política ou cultural mais ampla das situações, contextos, instituições, grupos e relações globais de poder que possibilitem ou resultem de tais estruturas simbólicas^{vi}. (VAN DIJK, 1993, p. 258-259).

A partir dessas construções teóricas trazidas a partir da visão de Teun A. Van Dijk sobre a análise linguística do discurso, as próximas etapas da pesquisa seriam, além da complementação do referencial teórico sobre a análise do discurso e sua operacionalização, a definição das categorias analíticas a serem utilizadas nos dados (depoimentos realizados na instância do processo judicial), que podem ser sumarizadas em questões que sumariizei conforme a estrutura abaixo (QUAD.01) que esquematizam as perguntas às quais o texto deve ser submetido:

QUADRO 01 – Perguntas a serem direcionadas ao texto

Estruturas Mentais	Construto (Variável)	Pergunta
Memória Pessoal	Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
	Uso Linguístico	Quais os recursos linguísticos são utilizados? (Metáforas, Hipérbolos)
	Intencionalidade	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê?
	Coesão	Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?

	Unidade	Qual a mensagem geral que o enunciatário deseja expressar?
	Coerência	Quais são as contradições ou inconsistências presentes na fala ou no texto?
Contexto	Vantagem Direta	De que forma o discurso beneficia o enunciatário no contexto?
	Persuasão	De que forma ou com quais recursos o enunciador visa influenciar a cognição de seu interlocutor imediato?
	Controle da Fala /Texto	Quem detém maior controle sobre os temas, as falas ou o texto no momento do proferimento do discurso?
	Identificação	É um discurso proferido em função de alguma obrigação legal, social ou cultural ou de algum papel social específico?
	Conhecimento dos Receptores	Qual o nível de conhecimento expresso pelos receptores do discurso no momento de seu proferimento?
Memória Social	Estilos Discursivos	Quais as formas costumeiras de se controlar os discursos sobre o tópico específico do discurso analisado?
	Vantagem Indireta	De que forma o discurso beneficia a posição social ou o poder do enunciatário?
	Influência sobre Abuso de Poder	De que forma o discurso reforça ou resiste aos abusos de poder praticados no tempo-espço sociais da fala?
	Influência sobre Reprodução das Desigualdades	De que forma o discurso reforça ou resiste à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espço sociais da fala?
	Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	De que forma o discurso reforça ou resiste à visão teórica hegemônica sobre o fenômeno social tratado na fala?
	Coesão Social	É um discurso de fácil aceitação social?
	Antíteses Discursivas	Existem outros discursos que levam a crenças alternativas?

Fonte: Elaboração dos autores, 2018

Afirmamos que este quadro não é exaustivo, pois não consegue (e nem conseguirá!) abarcar toda a complexidade que envolve a analítica do discurso. Contudo, nossa proposta aqui é facilitar a operacionalização de pesquisas por meio de um protocolo de análise que auxilie a uma leitura mais detida dos dados, com questões e pontos sistemáticos a serem analisados nos textos e nos discursos. O Quadro 01 é inspirado nas principais categorias expostas na teoria de Teun A. Van Dijk e constituem variáveis que podem ser adotadas ou não, dependendo da estratégia de resistência do(a) pesquisador(a) em seus estudos críticos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACD EM TEUN A. VAN DIJK

Após o exposto, reafirmamos que a Análise Crítica é a análise das relações dialéticas entre semioses e outros elementos de poder. Sua preocupação, acima de tudo, é com as mudanças radicais na vida social contemporânea. Em outras palavras, é entender o sentido produzido por aquele que exerce maior poder dentro de estruturas hegemônicas para, assim, empoderar e conscientizar aquele que é suprimido por essas estruturas de poder.

Por essa razão, acreditamos que a ACD é uma importante forma de lançar luz e integrar essas relações “esquecidas de poder na estrutura social e trazer para os (con)textos. Ao analisar

sistematicamente a produção de sentidos e as formas de convencimento e naturalização ideológica de alguns discursos, os pesquisadores necessariamente se posicionarão radicalmente como opostos a essas formas de exercício de poder – o que retira totalmente a pretensa “neutralidade” científica que atribui aos pesquisadores a qualidade de “iluminados imparciais” (como se tais construções já não fossem, em si, ideológicas e fontes de legitimação e poder).

Antes de tudo, a ACD parte de um compromisso do pesquisador em combater estruturas de desigualdade e opressão que levam à indignidade e à precariedade das formas de vida humanas. Nesse sentido, não há que se espantar que alguns setores mais conservadores da academia continuem resistindo a esse tipo de pesquisa (em que a dialética é levada a níveis tão extremos). Contudo, neste ensaio estressamos que toda análise deriva do viés cognitivo do pesquisador (que é influenciado pelo meio em que vive) e afirmamos que, mesmo em pesquisas críticas, nas quais os pesquisadores partem de pressupostos *a priori* acerca de relações de poder, a análise deve ser feita a partir de critérios rigorosamente estruturados. Esse é o gap no qual buscamos atuar ao longo deste artigo.

Teun A. Van Dijk oferece uma teoria em que discurso, sociedade e cognição são dimensões inter-relacionadas e dependentes (uma análise não pode ser feita sem a outra); daí a riqueza de suas construções. Ao provincializar cada campo e analisa-lo em profundidade, o autor nos permite conhecer, com maiores detalhes, as nuances da produção de sentido a partir dos mecanismos internos e externos à nossa percepção. A complexidade que deriva de suas ideias pode ser fonte de muitas outras formas de interpretação. Reconhecemos, nesse sentido, que nosso trabalho se constitui apenas como uma forma de se enxergar a teoria. Várias outras são possíveis, bem como outras abordagens podem ser idealizadas, a depender dos interesses de pesquisa e das perspectivas críticas a serem adotadas pelos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, R. D. M. R. D.; DELLAGNELO, E. H. D. L. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. **Organizações & Sociedade**, Salvador, 21, n. 70, Julho-Setembro 2014. 405-424.

CABRAL, A. C. D. A. A Análise do Discurso como Estratégia de Pesquisa no Campo a Administração: uma visão global. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Administração**, 3, n. 2, 2005. 59-68.

CARRIERI, A. D. P. et al. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **Economia & Gestão**, 6, n. 12, 2006. 1-22.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Londres: Routledge, 2003. 270 p. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/270695/mod_folder/content/0/ii.%20Norman_Fairclough_Analysing_discourse.pdf>. Acesso em: 14 Novembro 2017.

FAIRCLOUGH, N. Peripheral Vision - Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. **Organization Studies**, 26, n. 6, 2005. 915-939.

MELO, I. F. D. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo-SP, 40, n. 3, 2011. 1335-1346. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257/807>>. Acesso em: 14 Novembro 2017.

SOUZA, M. M. P. D.; CARRIERI, A. D. P. A Análise do Discurso em Estudos Organizacionais. In: SOUZA, E. M. D. **Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-40.

VAN DIJK, T. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, 4, n. 2, 1993. 249-283.

VAN DIJK, T. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, n. 186, 1999. 23-36.

VAN DIJK, T. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, T. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000. Cap. 1, p. 21-65.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. Cap. 18, p. 352-371.

VAN DIJK, T. Discourse, context, cognition. **Discourse Studies**, 8, n. 1, 2006. 159-177.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Studies: A Sociocognitive Approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Studies**. [S.l.]: Sage, 2015. Cap. 3, p. 63-85.

ⁱ **Versão original:** Una tarea característica del estudio del discurso consiste en proporcionar descripciones integradas en sus tres dimensiones: ¿cómo influye el uso del lenguaje en las creencias y en la interacción, o viceversa?, ¿cómo influyen algunos aspectos de la interacción en la manera de hablar? o ¿cómo controlan las creencias el uso del lenguaje y la interacción? Más aún, además de brindar descripciones sistemáticas, cabe esperar que el estudio del discurso formule teorías que expliquen tales relaciones entre el uso del lenguaje, las creencias y la interacción social.

ⁱⁱ **Versão original:** Crucial for critical discourse analysts is the explicit awareness of their role in society. Continuing a tradition that rejects the possibility of a “value-free” science, they argue that science, and especially scholarly discourse, are inherently part of and influenced by social structure, and produced in social interaction. Instead of denying or ignoring such a relation between scholarship and society, they plead that such relations be studied and accounted for in their own right, and that scholarly practices be based on such insights. Theory formation, description, and explanation, also in discourse analysis, are sociopolitically “situated,” whether we like it or not. Reflection on the role of scholars in society and the polity thus becomes an inherent part of the discourse analytical enterprise. This may mean, among other things, that discourse analysts conduct research in solidarity and cooperation with dominated groups.

ⁱⁱⁱ **Versão original:** [...] cada vértice de ese triángulo está vinculado con los otros dos. Nos es imposible explicar la estructura del texto y la interacción en ausencia de un enfoque cognitivo. Igualmente, no es posible dar cuenta de la cognición sin comprender que el conocimiento y otras creencias se adquieren y utilizan en el discurso y los contextos sociales. Asimismo, la cognición, la sociedad y la cultura, así como su reproducción, necesitan del lenguaje, del discurso y de la comunicación. Así, en cualquier lugar del triángulo donde iniciemos el recorrido, pronto descubrimos que la descripción sistemática, el análisis y la explicación deben recorrer esos segmentos interdisciplinarios que constituyen los lados de la figura y que conectan con los otros vértices del triángulo. [...] cualquier análisis del discurso adecuado, aun cuando estudie provisoriamente sólo un aspecto parcial del triángulo del discurso, no tarda en advertir la necesidad de convertirse en una herramienta multidisciplinaria e integrada.

^{iv} **Versão original:** Cerrar el círculo del discurso-poder significa, por último, que aquellos grupos que controlan los discursos más influyentes tienen también más posibilidades de controlar las mentes y las acciones de los otros. El ACD se centra en la explotación de tal poder, y en particular en el dominio, esto es, en los modos en que se abusa del control sobre el discurso para controlar las creencias y acciones de la gente en interés de los grupos dominantes. En este caso cabe considerar el «abuso», muy latamente, como una violación de normas que hace daño a otros, dados ciertos estándares éticos como las reglas (justas), los acuerdos, las leyes o los derechos humanos. En otras palabras, el dominio puede ser definido como el ejercicio ilegítimo del poder.

^v Aqui cabe uma nota crítica. À época da escrita desse artigo, Teun A. Van Dijk ainda não imaginara o poder de comunicação e de fala após a concepção das mídias e redes sociais. Claramente há um importante ativismo político, social e cultural que hoje corre pelas redes. Mesmo que as pessoas não tenham acesso ou esclarecimento sobre os algoritmos utilizados para definir quais falas têm maior alcance, há que se reconhecer a importância deste meio como forma de expressão popular da vontade e da opinião na contemporaneidade.

^{vi} **Versão original:** Here we touch upon the core of critical discourse analysis: that is, a detailed description, explanation and critique of the ways dominant discourses (indirectly) influence such socially shared knowledge, attitudes and ideologies, namely through their role in the manufacture of concrete models. More specifically, we need to know how specific discourse structures determine specific mental processes, or facilitate the formation of specific social representations. Thus, it may be the case that specific rhetorical figures, such as hyperboles or metaphors, preferentially affect the organization of models or the formation of opinions embodied in such models. Similarly, semantic moves may directly facilitate the formation or change of social attitudes, or they may do so indirectly, that is, through the generalization or decontextualization of personal models (including opinions) of specific events. [...] we need to focus on these relations between discourse structures and the structures of social cognition. At the same time, this analysis of both discursive and cognitive structures must in turn be embedded in a broader social, political or cultural theory of the situations, contexts, institutions, groups and overall power relations that enable or result from such symbolic structures.